

Idéia do próprio governo: Delfim e Galvêas vão falar ao Congresso.

O governo resolveu convocar-se a si mesmo para falar no Congresso. Ontem, o líder governista no Senado, Aloysio Chaves (PDS-PA), antecipou-se à oposição e surpreendeu o Plenário com dois requerimentos de convocação, um para o ministro Delfim Neto, do Planejamento, e outro para o ministro da Fazenda, Ernane Galvêas, para que estes possam defender a política econômica no Congresso. Ao mesmo tempo, o ministro do Interior, Mário Andreazza, pediu ao presidente da Câmara, Flávio Márcilio, que marque data para seu depoimento sobre o escândalo envolvendo o Banco Nacional da Habitação e o Grupo Delfin.

No momento em que a Mesa do Senado lia os dois requerimentos, Aloysio Chaves caminhava no Plenário e disse aos jornalistas: "São requerimentos de convocação..." Como se trata de iniciativa da bancada majoritária, a aprovação é certa e depende apenas da colocação dos requerimentos na ordem do dia, o que poderá ocorrer a partir de hoje, tudo dependendo de entendimentos entre a mesa diretora e a liderança pedessista.

Aloysio Chaves confirma na prática o que havia assegurado um pouco antes do início do semestre legislativo, ao garantir que os ministros de Estado estavam dispostos a comparecer ao plenário do Senado, ou da Câmara, sempre que fossem solicitados. Com isso, o líder pedessista anula a ofensiva anunciada pelas oposições, sobretudo com vistas às medidas adotadas pelo governo na área econômica.

Mas a ofensiva não deverá ficar apenas com os representantes da minoria. Ontem, o senador governista Odacir Soares (PDS-RO) encaminhou à mesa requerimento pedindo informações à Presidência da República sobre o recolhimento do Imposto sobre Operações Financeiras — IOF.

O senador pedessista quer saber se são verdadeiras as denúncias de irregularidades no recolhimento do IOF ao Banco Central, de acordo com publicações dos jornais. O recolhimento não estaria sendo feito regularmente pelos bancos, o que motivou a indagação do parlamentar.

Soares baseou-se, para justificar seu pedido de informações, no artigo 45 da Constituição, que até hoje não foi regulamentado. O dispositivo trata da fiscalização dos atos do governo pelo Legislativo.

Advertência

A advertência é do industrial Ruy Barreto, presidente da Confederação Nacional das Associações Comerciais (que representa cerca de mil associações comerciais de todo o País): o governo federal está isolado dos empresários e trabalhadores, e estes estão unidos pelas mesmas reivindicações de trabalhar, produzir mais e garantir empregos.

Barreto não esconde suas preocupações pelo agravamento da crise econômica e social do país, mas lançou a idéia de que uma coordenação de esforço entre o governo e as entidades representativas dos empresários poderá evitar maiores sacrifícios para as classes trabalhadoras, que ocorreram em outros países onde os operários tiveram de fazer acordos com os patrões para ter os salários reduzidos.

"O pacto social que se deseja no país pode ser obtido através do Congresso", enfatizou Ruy Barreto, ao lembrar que o momento atual exige maturidade de todos, sobretudo dos representantes da oposição. Mas o governo, disse, precisa dar demonstrações evidentes de austeridade, efetuando investimentos racionais e cortando despesas. Para Barreto, o governo precisa até mesmo fechar várias empresas estatais, pelos desperdícios que provocam, mas em contrapartida necessita aumentar os investimentos em outras cuja atividade é fundamental para o País.

Bode expiatório

O presidente da Confederação das Associações Comerciais criticou sobretudo a atitude do governo federal, através de seus ministros, de considerar-se auto-suficiente em todos os assuntos que tenha de decidir. "Quando as decisões não dão certo, o governo logo arranja um bode expiatório para justificar o fracasso".

Por isso, ele defende a participação das entidades representativas dos empresários nas decisões que afetam a área econômica, sobretudo através da ação a ser desenvolvida pelo Congresso Nacional.